



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Fundamentos do Serviço Social)

**Entre a crise da totalidade e a expansão da  
pós-modernidade: reflexões sobre as  
problemáticas contemporâneas no âmbito  
do serviço social**

Jessika Cristina Silva Santos<sup>1</sup>  
Najila Larissa Martins Patricio<sup>2</sup>

O presente artigo tem como objetivo fazer uma análise da expansão da pós-modernidade a partir da suposição que as categorias marxistas são insuficientes para discutir questões contemporâneas, nesse sentido buscamos fazer um breve resgate histórico sobre as duas correntes teóricas e sua inserção no Serviço Social fazendo também uma problematização entre as discussões de gênero e raça dentro do exercício profissional, temática que tem sido recentemente inserida na agenda profissional e que vem sendo também incorporada pela teorias pós-modernas através de profissionais que fazem a recusa ao pensamento crítico dialético.

**Palavras-chave:** Pós-modernidade; Marxismo; Gênero; Raça

This article aims to make an analysis of the expansion of postmodernity from the assumption that marxist categories are insufficient to discuss contemporary issues, in this sense we seek to make a brief historical rescue about the two theoretical currents and their insertion in Social Work also making a problematization between the discussions of gender and race within the profession, a theme that has recently been inserted in the professional agenda and which has also been incorporated by postmodern theories through professionals who refuse dialectical critical thinking.

**Keywords:** Postmodernity; Marxism; Gender; Race

---

<sup>1</sup> Mestranda em Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais na UEPB, bacharel em Serviço Social, jessikacristina@aluno.uepb.edu.br

<sup>2</sup> Mestranda em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba, bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba, Najila.martins@aluno.uepb.edu.br



## 1. INTRODUÇÃO

Em 1970 com as mudanças decorrentes do novo modelo de acumulação flexível, surge a pós-modernidade para legitimar os interesses da sociedade burguesa, pois o modo de produção capitalista além de dominar as relações econômicas exerce poder sobre as relações políticas e sociais exigindo uma ideologia que justifique e naturalize suas barbáries.

Esse pensamento vem fazer uma crítica ao pensamento marxista, que tem como foco a racionalidade moderna através da sua expressão teórica e política. A partir disso coloca em xeque a eficácia das categorias marxistas, priorizando análises supérfluas e focalizadas dissociadas das contradições capitalistas.

Se pretende com esse estudo, apresentar os aspectos gerais do surgimento da burguesia, assim como, a teorização no que diz respeito ao marxismo e a pós-modernidade, para se adentrar no aprofundamento das influências dessas correntes teórico-metodológicas no Serviço Social, principalmente no que cerne o debate de raça e gênero.

Sabe-se que o Serviço Social adotou o marxismo como matriz teórico-metodológica para nortear seu fazer profissional, todavia a hegemonia dessa matriz desloca o questionamento da profissão, sobretudo, a partir das teorias pós-modernas que seguem ganhado terreno em tantos campos de estudo e colocam o marxismo como obsoleto para tratar questões contemporâneas.

É dentro deste norte que é extremamente relevante compreender os significados destas correntes teóricas e seus desdobramentos para a profissão, trazer para o âmbito do serviço social discussões que são discutidas ainda de forma tímida pelas categorias e evitar incorrer em análises de cunho conservador nas práticas profissionais e nas produções acadêmicas.

Neste artigo, pretende-se articular os estudos de gênero e raça com a prática profissional dos assistentes sociais, será realizado um aprofundamento nas discussões dessas categorias de análise, para que a partir disso, haja uma reflexão sobre os principais aspectos no que diz respeito a esses dois grupos vulneráveis dentro da sociedade, e se a matriz teórica do marxismo compreende e atende essa demanda no fazer profissional.

Sabemos que o fazer profissional é oriundo das problemáticas inerentes as expressões da “Questão Social” e que no que concerne a mulheres e a população negra essas questões chegam ainda mais fortes. Os índices de pobreza e desemprego afetam esses públicos gerando múltiplas opressões e os tornando os principais usuários das políticas sociais que é matéria de trabalho do profissional do serviço social.

Tendo tal perspectiva em mente colocamos que as discussões pertinentes a gênero e as questões etno-raciais são de extrema relevância para ampliar a leitura crítica da realidade social, reconhecendo que tais fenômenos são advindos da contradição entre



capital e trabalho da qual o próprio serviço social parte. E sendo profundamente necessárias para um agir comprometido com a justiça social e a emancipação humana.

## **2. Capitalismo, Marxismo e Pós-modernidade: entrelaçamentos teórico-metodológicos**

A emergência da sociedade burguesa traz consigo a luz de uma revolução, rompe-se com os ditames do período feudal e vem propor igualdade para os despossuídos de terras, no entanto essa nova sociedade foge ao apresentado em sua organização. O que realmente se processa é a modernização de antigas normas da época que se encerrou, o mundo entra em uma nova era. O capitalismo se consolida trazendo junto de si um poder jamais visto na humanidade.

O mundo capitalista se separa em duas grandes classes, os burgueses e proletários, colocados em lados opostos nessa jovem sociabilidade, que se transforma desde as formas de produzir bens de consumo até as relações políticas, sociais e culturais. O homem é apartado da terra e de seus meios de produção, de maneira truculenta para ocorrer o surgimento das grandes indústrias, e o processo de produção se torna intenso com grandes repercussões na vida da classe trabalhadora. Consequentemente viabilizando as condições para consolidação e expansão da nova sociedade burguesa e todas as contradições a ela inerentes.

A gestação do mundo burguês foi um processo longo, doloroso, uma história de inaudita violência. Cobrindo um espaço temporal muitissecular, caracterizou-se pela destruição brutal de antigos modos de vida, pela substituição de modelos anteriores de controle social, pela supressão a ferro e fogo das formas de organização societária precedentes. Seu triunfo, porém, assinalou um formidável avanço na existência humana, é no seu âmbito que se colocam possibilidades antes inimagináveis para a exploração da natureza e a elevação das condições da vida dos homens — e pouco importa que tais possibilidades, quando realizadas, tenham tido um preço social altíssimo, uma vez que neste mundo o custo do progresso é a generalização da miséria relativa. O que interessa é que o estabelecimento do mundo burguês abriu uma etapa de desenvolvimento sócio-humano que, previamente, sequer seria vislumbrada (NETTO, p. 11-12, 2006).

O progresso alcançado na emergente sociedade colocou em um lado os burgueses possuidores do capital, das máquinas e de todos os recursos para dominação e na ponta oposta proletariado, possuidor unicamente da sua força de trabalho vendida por salários irrisórios para sua sobrevivência. Esse movimento de subordinação implicou em dois acontecimentos. Primeiro, a classe trabalhadora passa a perceber que fora deixada para trás no processo revolucionário da burguesia e começa a forjar sua própria revolução, aliado a este surge também um conjunto de correntes teóricas que estudam a composição da



sociedade capitalista a fim de compreender seu funcionamento e seus rebatimentos para humanidade. Eventualmente tais teorias também se contrapõem.

Colocadas no seio da sociedade para elucidar seu funcionamento dividem-se sob as perspectivas das duas classes, nesse momento, surgem os pensamentos positivistas, funcionalistas, estruturalistas entre tantos outros derivados destes que defendem a ordem vigente naturalizando as relações contraditórias e opressoras do modo de produção capitalista, fazendo uma leitura acrítica da realidade considerando a imediaticidade dos fatos como o eixo explicativo das relações sociais servindo como verdadeiro mecanismo de proteção deste sistema, do outro lado emergem pensamentos que denunciam esse caráter explorador, ressaltando a efervescente luta da classe trabalhadora como ponto primordial a superação do capitalismo.

É dentro das grandes teorias da modernidade que se encontra o marxismo, um pensamento crítico que desvela as contradições inatas da sociedade burguesa. Marx e Engels, apresentam a discussão em torno das inquietações no que diz respeito ao comportamento hegemônico da sociedade, além de pensar criticamente o positivismo, com tendências revolucionárias que reverberam até os dias atuais (NETTO, p.36-47, 2006). Para Yamamoto, Marx apresenta uma teoria que conceitua e nega a sociedade burguesa, analisando suas formas, contradições e dimensões. Para a autora, Marx idealiza uma corrente teórico-metodológica com o compromisso da emancipação humana, dedicada a analisar a sociedade burguesa (IYAMAMOTO, 2018).

O ciclo de desenvolvimento capitalista se expande, a produção se torna cada vez mais intensa exigindo novos mecanismos de regulação. O capitalismo industrial se encontra esgotado e inicia-se nesse momento uma nova fase desse sistema, ainda mais sangrenta que a anterior, exigindo também outras correntes de pensamento que acompanhem esse período e, um desses principais pensamentos estão pautados nas teorias pós-modernas.

Os ideais do pensamento pós-moderno surgiram a partir das transformações vividas pelo sistema capitalista, assim como as mudanças sócio-políticas do período pós segunda guerra mundial. Harvey (2011) relaciona a condição pós-moderna ao novo regime de acumulação flexível. O regime de acumulação fordista-taylorista, trouxe uma nova forma de acumulação, baseando-se na ideia de aumento da produção por meio da fragmentação do trabalho, com o objetivo de acabar com o desperdício de tempo gasto na produção. Por conseguinte, com a implementação de uma política que tem como propósito a fabricação e consumo em massa, o que ocasionaria uma perspectiva de sociedade e controle do trabalho diferente e regularizada pelo Estado.

[...] o crescimento fenomenal da expansão pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos



de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade e trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio do poder, tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão pós-guerra, não foi alcançado por acaso - resultou de anos de luta. (HARVEY, 2004, p. 125).

Para Lyotard, a pós-modernidade está ligada à “posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas” (LYOTARD, 2015, p. 15) o que significa o deslocamento para refletir uma sociedade pós-industrial, no qual a condição cultural, transformações na ciência, arte e literatura, estão intimamente ligadas aos meios de produção, distribuição e a legitimação do saber, principalmente na sociedade ocidental.

O pensamento pós-moderno ganha força e legitimação ao negar as categorias colocadas como fundamentais nas teorias modernas, principalmente as evidenciadas pelo marxismo, totalidade, historicidade e dialética, são questionadas causando uma verdadeira crise dos paradigmas nas ciências sociais, abrindo espaço para a disseminação da pós-modernidade.

É dentro dessa suposta crise que a pós-modernidade ganha força no espaço do serviço social brasileiro, profissão fundamentada após um longo processo de reconceituação no pensamento marxista. O serviço social tem um longo legado de práticas relacionadas a correntes conservadoras, o seu surgimento é condicionado a necessidade de um profissional para atuar no combate às mazelas sociais inerentes ao modo de produção capitalista. Essa profissão é gestada no seio do desenvolvimento capitalista e da expansão urbana, no epicentro de modificações estruturais da sociedade em que a conjuntura social tem suas bases forjadas sobre a hegemonia do capital necessitando de um profissional especializado para intervir na chamada “Questão Social”. (IAMAMOTO, 2014).

Iamamoto (2014) diz que a profissão que teve em suas primeiras formas um viés filantrópico e caritativo, apenas uma prática desvinculada de uma crítica à realidade das relações sociais existentes, coloca o assistente social como um profissional a serviço da burguesia. O processo para a apropriação do pensamento crítico marxista e suas categorias significa um grande avanço, resultado de amplos debates no interior da profissão tendo no movimento de reconceituação momento crucial para romper com as bases conservadoras.

Foram grandes avanços desde então, a Lei nº 8.862/1994 que regulamenta a profissão e o Código de Ética profissional de 1993, sintetizam essas conquistas e colocam o profissional de serviço social como um agente crítico, comprometido com garantia de direitos e o combate às expressões da “Questão Social”. No entanto esses avanços se encontram ameaçados pelos retrocessos trazidos com a nova política neoliberal, principalmente ao colocar em dúvida a eficácia dos aportes teóricos-metodológicos da



corrente marxistas, os julgando como ultrapassados causando como já mencionado anteriormente uma “crise dos paradigmas”, colocando sobre a pós-modernidade o caminho para elucidar problemáticas da contemporaneidade que o pensamento dialético já não é mais capaz de resolver.

## 2.1 Gênero e raça: um debate contemporâneo para o Serviço Social

Primeiramente é importante nesse momento de leitura fazer a definição das duas categorias que pretendemos relacionar ao Serviço Social. Saffioti (2004) faz aproximações com os primórdios do conceito de gênero, mencionando que o primeiro teórico a escrever e conceituar essa categoria foi o Robert Stoller (1968), porém sua tentativa foi frustrada, apenas obtendo o êxito em meados de 1975, com o artigo da Gayle Rubin. A autora assevera que o gênero é definido como uma construção social do masculino e do feminino.

No Brasil, a definição e expansão do conceito de gênero surgiu a partir da tradução dos escritos de Joan Scott, que tratava sobre gênero enquanto categoria analítica, nesse artigo a autora identifica que o gênero surgiu para se opor a visão do essencialismo biológico, no qual define homem e mulher a partir da anatomia.

Nesse sentido, faz-se necessário captar que o fundamento do debate de gênero consiste em romper com o binarismo genital e relacionar-se com a sociedade, sobretudo com as manifestações do patriarcado a partir da inferiorização das mulheres.

Por volta do século XVIII a cor da pele era considerada essencial para dividir as raças, depois no século XIX adicionou-se critérios biológicos e morfológicos para diferenciar os povos, como o tamanho da cabeça, nariz, boca (MUNANGA, 2003). Acrescenta Cashmore (2000) que a idealização de raça surgiu a partir da movimentação da Europa Ocidental, enquanto referência de etnia, o que demonstra a construção social do que é diferente e conseqüentemente inferior.

Nessa perspectiva, aponta-se raça como “categoria socialmente construída e resultado de discriminação e produção ideológica” (KERGOAT, 2010, p. 94) em conformidade, Guimarães informa que “construtos sociais, formam identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios” (GUIMARÃES, 1999, p. 153). A partir dessas observações, utilizaremos a ideia de raça enquanto marcador social que edifica a perpetuação das desigualdades, especialmente no Brasil que passou por um processo de escravização dos povos negros, no qual teve-se uma abolição falha ao negar a toda uma população assistência e garantias de direitos fundamentais. O conceito de racismo é trazido como uma “construção ideológica incorporada e realizada através de um conjunto de práticas materiais



de discriminação racial, é o determinante primário da posição de não-brancos nas relações de produção e distribuição dos bens produzidos” (HASENBALG *apud* GUIMARÃES, 2004, p. 26) e nas relações sócio-afetivas.

Adentrando no cruzamento entre as diversas formas de manifestação das relações sociais, compreende-se que é necessário assimilar essas questões no cenário brasileiro e que “desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil” (CARNEIRO, 2003, p. 14). Dessa forma, concentrar a teorização a partir do conceito de Interseccionalidade, disseminado pela jurista Kimberlé Crenshaw, que compreende como instrumento que “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Assim, é impossível falar de gênero e raça, sem mencionar as desigualdades socioeconômicas que o tema envolve, problemática que está no seio da intervenção do profissional de Serviço Social, visto que a profissão surge para intervir nas expressões da chamada “Questão Social”. O Serviço Social vivenciou um movimento de reconceitualização importantíssimo para modificar a sua visão filantrópica e caritativa relacionada a uma prática conservadora e tradicional, considerando a partir de então a relação entre capital e trabalho como gerador de múltiplas desigualdades sociais e que seria dentro desta perspectiva que suas intervenções viriam a se configurar.

Com base nisto o CFESS publicou um série de cadernos relacionados a temáticas de racismo, machismo, transfobia, xenofobia e outros tipos de preconceito e discriminação como forma de dar luz ao fazer profissional e também de colocar na sua agenda de discussões tal temáticas. Segundo o caderno três que discute a questão do racismo:

No âmbito da defesa de direitos que a/o profissional de Serviço Social é convocada/o a intervir. E nesse terreno arenoso da intervenção, constitui ído de tensões e contradições, o/a assistente social se defrontará com os limites e possibilidades de garantir direitos nos marcos da sociedade de classes. Nesse sentido, faz-se necessária a apreensão crítica acerca dessa realidade e a apropriação de conhecimentos sobre o fenômeno do racismo e de suas diversas expressões na vida social. Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal. ( CFESS, P.16 2016)

Portanto consideramos que a discussão a respeito de gênero e raça de extrema relevância ao serviço social, mulheres e pessoas racializadas são dois dos segmentos mais suscetíveis a vulnerabilidades sociais na sociedade brasileira, estando no topo dos atendimentos relacionado às políticas sociais e sendo assim essencial a apropriação da profissão destas temáticas. Contudo é preciso salientar que as teorias pós-modernas têm



adentrado no campo de produções de conhecimento de raça e gênero no âmbito do serviço social se distanciando do pensamento crítico presente no nosso Código de Ética, este processo ganha força com a crise estrutural do capital no Brasil e os mecanismos de regulação da política neoliberal, se disseminando através dos extratos da categoria profissional que se mantém conservadora e adota tais pensamentos para pautar suas discussões e fazer profissional, principalmente ao colocar que respostas sob a luz marxista não são mais suficientes para responder às demandas da atualidade (CANTALICE, 2016).

Cisne e Santos (2018), trazem importantes considerações sobre a discussão do feminismo, diversidade sexual e de raça relacionado ao serviço social, para elas a exploração de classe está presente em todas as sociedades, mas existem elementos que têm grande influência nos processos de exploração. Por exemplo, em países colonizados o processo de transformação capitalista se dá de maneira moderadamente distinta do que um país colonizador como Portugal, no Brasil, país em desenvolvimento, o capitalismo se dá de maneira distinta, a relação capital x trabalho está posta, todavia, o processo de formação social de cada país tem rebatimentos diferentes sobre suas problemáticas.

As autoras colocam que a apropriação do serviço social sobre essas temáticas é caminho para consolidação do alvorecer do novo processo de renovação e afirmação do Projeto profissional. As lutas e resistências travadas a partir das pautas feministas e do movimento negro possibilitam um novo direcionamento sobre as problemáticas que estão presentes no cotidiano profissional e dão embasamento para os/as assistentes sociais darem respostas a tais demandas de forma eficaz, humanizada e de maneira que os usuários se sintam acolhidos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o esforço de articular os debates que dizem respeito ao Serviço Social e o fazer profissional, juntamente com os debates interseccionais de gênero e raça, entende-se que apesar do reconhecimento das categorias de análise, ainda há uma lacuna teórico-metodológico de inserir os grupos vulneráveis para a pauta da questão social, de maneira crítica e maior divulgada.

Feitas estas reflexões até aqui podemos afirmar que o Serviço Social passa por uma severa ameaça pelos extratos conservadores da profissão que combinado a crise estrutural do capital e as estratégias da política neoliberal e causam um sério retrocesso nas políticas sociais e também no interior profissional colocando sobre o viés da pós-modernidade o caminho para elucidar questões contemporâneas principalmente relacionadas a raça e gênero.



Todavia ainda vemos nas categorias marxistas da totalidade, historicidade, dialética e na visão crítica da realidade o caminho para intervir em tais questões, é necessário ressaltar que ainda existe uma deficiência no Serviço Social sobretudo na produção de conhecimento crítico vinculado a gênero e raça, pois percebe-se que o marcador de classe social é priorizado tanto na tradição marxista quanto na profissão.

No entanto, os conjuntos CFESS/CRESS, ENESSO E ABEPSS vem a cada novo encontro e/ou publicação ressaltando a importâncias dessas discussões para consolidação do processo de renovação do Serviço Social, reafirmando assim os princípios proposto no Código de Ética Profissional que defendem a liberdade, equidade, justiça social, defesa intransigente dos direitos humanos e recusa a qualquer forma de discriminação e opressão existentes nessa sociedade capitalista/patriarcal/capitalista.

## REFERÊNCIAS

CASHMORE, Ellis e BANTON, Michael (et al). **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Tradução de Dinah Kleve. São Paulo: Summus, 2000.

CANTALICE, Luciana. **O neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional**.

CISNE, Mirla. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres Negras, Violência e Pobreza. Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero: Construindo políticas públicas**. Programa de Prevenção, assistência e combate à Violência contra a Mulher, SPM, Brasília, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Ano 10, 1º Semestre 2002, p. 171 -188. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> >.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. 25ª ed., São Paulo, Edições Loyola, 2014.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução Patrick Burglin. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

KERGOAT, Daniele. GALERAND, Elsa. **O Potencial subversivo da relação das mulheres com o trabalho**. Revista Cadernos de Crítica Feminista. 2010. Ano IV nº 3, dez 2010. p. 44-66.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2015.



IAMAMOTO, M. V. **Marxismo e Serviço Social: uma aproximação.** Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 204-226, ago/dez, 2018.

IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). UFF, Rio de Janeiro, n. 5, p.15-34, 2003.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

ROCHA, Roseli. **"Série assistente social no combate ao preconceito racismo."** Brasília: CFESS, 2016.